

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SANDRA ROSANE DOS PASSOS BERGOLD

**PROGRAMA MOVE: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSIDERAR AS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Arroio dos Ratos

2022

SANDRA ROSANE DOS PASSOS BERGOLD

**PROGRAMA MOVE: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSIDERAR AS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Rejane Ramos Klein

Arroio dos Ratos

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Bergold, Sandra Rosane dos Passos
Programa MOVE: Contribuições para considerar as
dificuldades de aprendizagens nas práticas pedagógicas
/ Sandra Rosane dos Passos Bergold. -- 2022.
68 f.
Orientadora: Rejane Ramos Klein.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandai,
BR-RS, 2022.

1. Dificuldade de Aprendizagem. 2. Educação
Integral. 3. Prática Pedagógica. 4. Inclusão Escolar.
5. Projetos/Ações/Estratégias. I. Klein, Rejane Ramos,
orient. II. Título.

SANDRA ROSANE DOS PASSOS BERGOLD

**PROGRAMA MOVE: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSIDERAR AS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Rejane Ramos Klein

Data de aprovação: ___ de setembro de 2022.

Banca examinadora

Prof^a Rejane Ramos Klein instituição

Orientadora

Prof^a Suelen Assunção Santos instituição

Membro

Prof. Igor Ghelman Sordi Zibenberg instituição

Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, meu pai celestial que me presentou com o dom da vida, me dando fôlego todas as manhãs para atingir seus propósitos. De igual forma, dedico ao meu amado pai, Augusto Francisco dos Passos (in memoriam) que foi o maior incentivador dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a minha família pela compreensão durante este processo;

Agradeço a minha orientadora Rejane Ramos Klein que foi maravilhosa em suas ponderações e sugestões no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, tendo contribuído sobremaneira tanto para o âmbito acadêmico-científico quanto para a prática profissional;

Por fim, agradeço a três colegas especiais que fizeram este curso mais leve e feliz.

“O homem apreende a realidade por meio de uma rede de colaboração na qual cada ser ajuda o outro a se desenvolver, ao mesmo tempo em que também se desenvolve, por meio de uma rede de colaboração na qual a ajuda é recíproca” (FREIRE, 1997, p. 28).

RESUMO

Este trabalho trata sobre o Programa “Movimentos e Vivências na Educação Integral” (MOVE): a qualificação e avanço da aprendizagem através da ferramenta da educação integral. O problema de pesquisa consiste nas seguintes indagações: de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo? Como os alunos que não conseguem aprender têm sido considerados neste programa? Quais estratégias são identificadas neste programa para que esses alunos consigam avançar em seus processos de aprendizagem a fim de evitar que sejam considerados com dificuldade de aprendizagem em sua trajetória escolar? Como objetivo, o estudo pretende compreender de que forma este referido programa vem contribuindo para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo. A metodologia do presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, a qual tem como procedimentos metodológicos uma análise documental, tomando o Programa MOVE como objeto de estudo. Além disso, buscou-se compreender elementos sobre a estrutura e funcionamento do programa por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com a sua gestão. Como base teórica, a investigação contou com os seguintes autores: Arroyo (2011); Dill (2019); Duarte (2022); Freire (1996); Gadotti (2009); Gouveia (2006); Mól e Wechsler (2008); Peruzzo (2018); Pestana (2014); e, Ramos (2018). Como resultados, verifica-se que o Programa MOVE atua como ferramenta da educação integral; pode ser considerado como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem; e vem contribuindo com a educação integral e as dificuldades de aprendizagem, especialmente nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo, porque várias são as ações, atividades, medidas e estratégias implementadas e adotadas em prol das aprendizagens dos alunos, mas alguns desafios ainda podem ser verificados para contemplar as questões relativas ao processo de alfabetização.

Palavras-chave: Dificuldade de Aprendizagem. Ensino fundamental. Programa. Movimentos e Vivências na Educação Integral. Educação Integral.

ABSTRACT

This paper has as its main theme the MOVE Program: the qualification and advancement of learning through the tool of integral education. The research problem consists of the following questions: how has the Program "Movimentos e Vivências na Educação Integral" (MOVE) contributed to consider the issue of learning difficulties in relation to pedagogical practices in the early years, in the municipal network of Novo Hamburgo? How have students who can't learn been considered in this program? What strategies might be identified in this program that made it possible for these students to advance in their learning processes in order to avoid being regarded as having learning difficulties in their school trajectory? As an objective, the study intends to understand how this program has contributed to consider the issue of learning difficulties in teaching practices in the early years in the municipal network of Novo Hamburgo. The methodology of the present study is characterized as a qualitative research with an exploratory nature, which has as methodological procedures a document analysis, framing the MOVE Program as an object of study. In addition, we sought to understand elements about the structure and functioning of the program through a semi-structured interview carried out with its management. As a theoretical basis, the investigation had the following authors: Arroyo (2011); Dill (2019); Duarte (2022); Freire (1996); Gadotti (2009); Gouveia (2006); Mol and Wechsler (2008); Peruzzo (2018); Pestana (2014); and, Ramos (2018). As a result, it is possible to assert that the MOVE Program does act as a tool for integral education; it can be considered as a strategy for advancing the learning process; and has been contributing to integral education and learning difficulties, especially in pedagogical teaching practices in the early years, in the municipal network of Novo Hamburgo. These conclusions lead to the understanding that there are several actions, activities, measures and strategies implemented and adopted in favor of student learning, but some challenges can still be verified to contemplate the questions related to the literacy process.

Keywords: Learning difficulties. Elementary School. Program. Movimentos e Vivências na Educação Integral. Comprehensive education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 — Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais..... | 23 |
| Figura 2 — Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais..... | 23 |
| Figura 3 — Informações do MOVE no <i>site</i> da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo..... | 38 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Panorama geral do Trabalho de Conclusão de Curso..... | 12 |
| Quadro 2 – Materiais coletados para revisão de literatura..... | 37 |
| Quadro 3 – Programa MOVE..... | 40 |
| Quadro 4 – Programas semelhantes ao MOVE..... | 42 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Problema de pesquisa | 15 |
| 1.2 Justificativa | 17 |
| 2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM | 20 |
| 2.1 Aspectos históricos da educação no Brasil após a Constituição Federal de 1988 | 20 |
| 2.2 Estrutura educacional no Brasil..... | 24 |
| 2.3 Dificuldades de aprendizagem | 28 |
| 2.4 Educação integral | 32 |
| 3 CAMINHO METODOLÓGICO | 35 |
| 3.1 Procedimentos metodológicos | 36 |
| 3.2 Programa MOVE | 38 |
| 4 MOVE COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM | 44 |
| 4.1 Programa MOVE como ferramenta de educação integral | 44 |
| 4.2 Programa MOVE como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem | 47 |
| 4.3 Desafios do programa MOVE | 53 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| APÊNDICE | 65 |
| Apêndice 1: Roteiro de entrevista | 66 |
| Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 67 |

Quadro 1: Panorama geral do Trabalho de Conclusão de Curso

| | |
|--|---|
| Título | Programa MOVE: qualificação e avanço da aprendizagem através da ferramenta da educação integral |
| Problema de pesquisa | De que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo? Como os alunos que não conseguem aprender têm sido considerados neste programa? Quais estratégias são identificadas neste programa para que esses alunos consigam avançar em seus processos de aprendizagem a fim de evitar que sejam considerados com dificuldade de aprendizagem em sua trajetória escolar? |
| Objetivos | <p>a) Objetivo geral: compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo.</p> <p>b) Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar aspectos históricos da educação no Brasil após 1988 (quando a Constituição Federal foi promulgada), enfatizando os problemas/déficits/carências a serem superados no sistema educacional; - Demonstrar a estrutura educacional no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com Base Nacional Comum Curricular, enfatizando a organização escolar no âmbito municipal, nos anos iniciais do ensino fundamental e o contexto da educação integral; - Identificar a partir das ações existentes na rede de ensino de Novo Hamburgo, quais são os projetos que têm sido desenvolvidos no âmbito da rede municipal de ensino com relação às questões que envolvem os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem escolar nos anos iniciais. |
| Teorização (principais autores) | Arroyo (2011); Dill (2019); Duarte (2022); Freire (1996); Gadotti (2009); Gouveia (2006); Mól e Wechsler (2008); Peruzzo (2018); Pestana (2014); Ramos (2018) |
| Materiais de análise e instrumentos metodológicos | Foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, utilizando-se da análise documental no material do Programa MOVE e entrevista semiestruturada. |
| Principais resultados | <ol style="list-style-type: none"> 1. O Programa MOVE atua como ferramenta da educação integral; 2. O Programa MOVE pode ser considerado como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem; 3. O Programa MOVE vem contribuindo com a educação integral e as dificuldades de aprendizagem, especialmente nas práticas pedagógicas utilizadas nos |

| | |
|--|--|
| | anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo, porque várias são as ações, atividades, medidas e estratégias implementadas e adotadas em prol dos alunos, mas alguns desafios podem ser verificados para contemplar as questões relativas ao processo de alfabetização |
|--|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende conhecer e problematizar o tema "dificuldade de aprendizagem" em relação ao trabalho docente nos anos iniciais, considerando o "Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral", conhecido pela sigla MOVE, que tem por objetivo contribuir para um desenvolvimento integral dos estudantes do ensino fundamental (MOVE, 2022).

Percebe-se que este tema merece ser mais discutido na escola, especialmente neste momento pós-pandemia. Portanto, para se chegar ao problema da pesquisa foram necessários vários movimentos. O primeiro deles considera que aprender a ler e escrever é um dos principais desafios no processo de alfabetização, enfrentado pelas crianças durante os primeiros anos de escolaridade. A maioria das crianças consegue superar tais desafios sem muitas dificuldades, mas há um percentual significativo que apresenta maiores dificuldades para aprender, o que provavelmente torna o processo de escolarização mais doloroso. A centralidade da leitura e da escrita está presente em todas as áreas do conhecimento escolar e, por isso, é motivo de tanta preocupação nos índices de escolarização. O segundo movimento considera que a queixa que geralmente é intitulada de "dificuldades de aprendizagem" não é um assunto conhecido, dominado e/ou estudado por todos, motivo pelo qual muitas vezes não se conseguem identificar as reais dificuldades dos alunos e os desafios a superar. Já o terceiro movimento considera se a dificuldade de aprendizagem é realmente um problema verificado nos dias atuais ou fenômeno vivenciado pela maioria das pessoas.

Sendo assim, como este estudo pretende ser exploratório e problematizador quanto ao tema dificuldades de aprendizagem, ao inserir estas duas palavras no Google Acadêmico, se obteve mais de 1.0000 (mil) resultados encontrados, cabendo realizar a seguinte pergunta: porque este assunto está tão presente na escola como uma preocupação entre os professores e as famílias?

A partir de uma abordagem qualitativa esta investigação pretende pensar sobre o porquê este tema escolhido tem sido recorrente como preocupação dentro das escolas e nas práticas pedagógicas. Centra-se a preocupação na rede municipal da região do Vale do Rio dos Sinos, porque além de a pesquisadora atuar profissionalmente em um dos 14 (quatorze) municípios que fazem parte desta região – Novo Hamburgo, este referido município possui o Programa MOVE que tem por objetivo ampliar a jornada escolar, diversificar as experiências, contribuir para as aprendizagens e também para a formação integral dos alunos por intermédio da realização de atividades educativas, lúdicas e recreativas (MOVE, 2022).

Além disso, o tema "dificuldade de aprendizagem" tem sido debatido na mídia, especialmente após a decretação da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020. Assunto este, que tem sido noticiado de forma recorrente a partir de análises superficiais sobre a adoção do ensino remoto que teria gerado uma defasagem de conhecimento preocupante e alarmante (REVISTA EXAME, 2022).

Assim, verifica-se que este assunto precisa continuar sendo alvo de debates no campo da educação, entre professores e pesquisadores, pois envolve uma série de fatores, incluindo as famílias e as questões de ordem social e econômica. Esses estudos têm indicado que muito trabalho e pesquisa há de ser realizado para que se possa recuperar as lacunas educacionais e desigualdades sociais aliadas ao período de pandemia.

Portanto, pretende-se identificar inicialmente como se dá o acompanhamento das aprendizagens das crianças atendidas no Programa. Chegou-se ao MOVE, por saber que tem como foco os "[...] estudantes que ainda não consolidaram a alfabetização e/ou que necessitam de um acompanhamento biopsicossocial mais relevante, a partir do atendimento em tempo estendido [...]" (MOVE, 2022, p. 5).

A partir deste programa pretende-se compreender as estratégias utilizadas, no sentido de conhecer e, quem sabe, aproximá-las com as que a escola emprega ou não com alunos que apresentam desafios em sua aprendizagem. Porém, sabe-se que somente isso não basta, pois não se está diante de uma questão de estratégias apenas centradas no professor, ainda que este tenha uma boa parcela de responsabilidade sobre o tipo de acompanhamento fornecido ao aluno.

Por tratar-se de algo que tem gerado inquietação principalmente neste

contexto atual de pandemia em que os alunos ficaram muito distantes da escola, do ensino presencial, da convivência com a turma, esta pesquisa começa a ser desenvolvida. Nota-se, então, que o isolamento social pode ter agravado ainda mais esta situação devido ao formato do ensino que passou a se dar no formato online ou por intermédio de atividades enviadas por *whatsapp* ou nenhuma tarefa obrigatória durante um determinado lapso temporal. Por isso, é preciso encontrar formas de contribuir para que mudanças se perfeçam, motivo pelo qual esta pesquisa se propõe a compreender que as mudanças na educação não são automáticas, mas dependentes de uma série de fatores que produzem este não acompanhamento de alguns alunos.

A atual função da acadêmica e autora deste trabalho, como educadora do curso de aprendizagem profissional do projeto Jovem Aprendiz, compreendido entre os 14 aos 24 anos (atendendo especificamente o público de 14 a 17 anos), demonstra que algumas questões são vivenciadas diariamente, mesmo que se esteja em outro espaço que não o escolar regular. Muitos destes alunos passaram pelo ambiente escolar e encontram-se, atualmente, em situação de dificuldade de aprendizagem ou em defasagem com relação ao ano escolar que se encontram. Nesta faixa etária constata-se uma grande dificuldade especialmente nas disciplinas de Português e Matemática, o que impossibilita o aprendizado nos anos seguintes. Geralmente este déficit é atribuído ao próprio estudante e pouco tem se percebido que não se trata de haver um único motivo. Alguns estudos demonstram que vários são os fatores que ocorrem e causam esta não aprendizagem escolar.

1.1 Problema de pesquisa

Busca-se perguntar neste estudo: de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo? Como os alunos que não conseguem aprender têm sido considerados neste programa? Quais estratégias são identificadas neste programa para que estes alunos consigam avançar em seus processos de aprendizagem a fim de evitar que sejam considerados com dificuldade de aprendizagem em sua trajetória escolar?

O termo dificuldade de aprendizagem geralmente destaca dificuldades de

aprendizagem gerais e duradouras. A Resolução CNAS nº 13/2014 aponta para isso: jovens com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos (BRASIL, 2014). A dificuldade de aprendizagem se estende por gerações e quando os alunos “ficam para trás” é comum se referir às lacunas de aprendizado como o motivo (ROSSLER, 2010), de fácil identificação na inclusão, temática abordada na disciplina de Educação Especial, provavelmente para colocá-lo como problema. Embora, definitivamente, entenda-se que existem infinitas razões possíveis pelas quais os alunos lutam para progredir, para Galvêas (2011) por definição, a defasagem no aprendizado é a diferença entre o que se espera que um aluno tenha aprendido em um determinado nível escolar com o que ele realmente aprendeu.

Acredita-se que não exista um padrão exato e eficiente para se definir o quanto o aluno sabe ou não. Obviamente, isso representa um grande desafio para educadores e alunos. Importante lembrar que o processo é sempre relacional, onde há duas partes envolvidas, professor e aluno, porém outros elementos estão presentes (NEVES; ARAUJO, 2006). De um modo geral, a defasagem no aprendizado refere-se ao desempenho relativo de alunos individuais, ou seja, a disparidade entre o que um aluno realmente aprendeu e o que se espera que ele aprenda em uma determinada idade ou ano escolar (ZUCOLOTO; SISTO, 2002), não se podendo esquecer o coletivo. Uma das características mais importantes das lacunas de aprendizagem é sua tendência, se não tratada, de se acumular ao longo do tempo e se tornar mais grave, justamente porque a prática docente não consegue visualizar estes alunos no sentido de propor algo diferenciado a eles. Isso pode aumentar as chances de um aluno ter dificuldades acadêmicas durante toda a sua vida escolar. Muitas vezes, uma criança perde a confiança na escola e, à medida que progride na educação, a reparação das lacunas de aprendizagem tende a tornar-se mais difícil. Parte do ciclo que pode ocorrer quando uma criança tem lacunas em seu aprendizado é a relutância em fazer perguntas, porque tem medo/receio do que seus colegas pensarão. Isso, muitas vezes, faz com que o professor não visualize as dúvidas nem este aluno em sua sala de aula.

O reconhecimento e a intervenção devem abordar os problemas individuais da pessoa afetada, mas não somente isso, pois sabemos que não se trata apenas de questões individuais e sim de múltiplos fatores envolvidos. A distinção entre problemas de aprendizagem gerais e específicos está, no entanto, sujeita às críticas substanciais.

Como cada criança tem um estilo e ritmo de aprendizado individual, às vezes tudo o que é preciso é um momento para a criança ficar focada para resolver um problema, dando-lhe o desejo de aprender mais. A escola atual não é um local destinado apenas a atender os alunos nas suas necessidades específicas. É necessário que a escola esteja comprometida com uma ação pedagógica, que busque o desenvolvimento intelectual de seus alunos, o exercício da cidadania e conseqüentemente, a inclusão social.

Observa-se ainda, que as mudanças no ensino escolar e na prática inclusiva não podem ser apenas voltadas ao conteúdo a ser trabalhado. Portanto, não basta incluir, apenas inserindo os estudantes na sala de aula e acrescentar este ou aquele tópico, trocar esta ou aquela definição de determinado conteúdo. O que se busca com tais mudanças é uma modificação na forma de incluir este aluno e favorecer sua apreensão dos conhecimentos, ou seja, adotar metodologias diferenciadas que tenham relação com a vida de todas as crianças. Por isso, o enfoque deste trabalho é discutir sobre as práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, no sentido de compreender como ocorrem com relação a estes alunos que não aprendem.

Sendo assim, parte-se de um entendimento que através da formação continuada, com projetos que objetivem a integração dos alunos, independentemente das dificuldades apresentadas, a escola poderá oportunizar condições para desenvolver as necessidades, de acordo com as especificidades de cada aluno.

1.2 Justificativa

A pesquisa teve início a partir da ideia de que há a necessidade de analisar os processos e dinâmicas de aprendizagem desenvolvidos por alunos que têm dificuldade em sua aprendizagem escolar, demonstrando questões relacionadas ao compreender, assimilar, perceber e socializar o conhecimento escolar.

Não se trata de uma análise de "déficits", mas sim de uma reflexão sobre como estas crianças têm sido consideradas na escola com relação às dificuldades de aprendizagem apresentadas no processo de escolarização. Muitas vezes há uma associação direta com alguma deficiência ou necessidade específica devido a alguma síndrome que estes alunos poderiam apresentar, o que acaba servindo como

justificativa por sua não aprendizagem e acompanhamento escolar. Esta associação pode não permitir compreender de modo mais amplo a questão, abrindo a possibilidade de a escola também rever os seus processos escolares.

A oportunidade de participar de pesquisas no campo da educação foi muito superficial até então, pois sempre se buscou, como estudantes, olhar para uma questão bem específica dentro das disciplinas trabalhadas. Muitas vezes falta este conhecimento mais amplo sobre os desafios reais que ocorrem no contexto escolar. Ao final do curso, este desejo concretiza-se em razão de vivenciar situações preocupantes na prática e que vêm sendo desenvolvidas pela acadêmica autora deste trabalho, na atual função de educadora em uma instituição que forma jovens aprendizes.

Mesmo achando muito difícil, complexo, trabalhoso e não se entendendo muito bem como é possível pensar em práticas pedagógicas diferentes, a pesquisa auxiliará para ampliar e completar seu olhar sobre estes sujeitos que estão no projeto. No decorrer das disciplinas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da realização de estudos e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, algumas problemáticas chamaram mais a atenção, tais como a questão da inclusão, do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação. Enfim, temáticas que permitem olhar para os estudantes atendidos no projeto a partir da necessidade da pesquisa e como possibilidade de pensar sobre as práticas pedagógicas no contexto escolar.

O interesse pela pesquisa concentra-se na defasagem da aprendizagem que é uma temática que esteve presente em preocupações na atuação com os jovens. Nas situações práticas vivenciadas, foi possível perceber dificuldades dos estudantes em conteúdos simples e que se imaginava até então dominados. É um tema que parece muito relevante neste contexto atual e que exige muito estudo para consolidar uma pesquisa que possa contribuir numa perspectiva que relaciona teoria e prática, a fim de instrumentalizar professores que atuam nos anos iniciais da escolarização.

Nesse sentido, pretende-se investigar as ações e/ou projetos específicos adotados na rede de ensino municipal e que tenham por escopo minimizar ou eliminar as dificuldades de aprendizagem de crianças nos anos iniciais a partir de algumas práticas pedagógicas.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo. Como objetivos específicos busca-se:

- apresentar aspectos históricos da educação no Brasil após 1988 (quando a Constituição Federal foi promulgada), enfatizando os problemas/déficits/carências a serem superados no sistema educacional;

- demonstrar a estrutura educacional no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Base Nacional Comum Curricular, enfatizando a organização escolar no âmbito municipal, nos anos iniciais do ensino fundamental e o contexto da educação integral;

- identificar a partir das ações existentes na rede de ensino de Novo Hamburgo, quais são os projetos que têm sido desenvolvidos no âmbito da rede municipal com relação às questões que envolvem os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem escolar nos anos iniciais.

Para evidenciar a caminhada desta pesquisa organizou-se o texto em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução que demonstra os passos iniciais para a construção da problemática do estudo. O segundo abordou os aspectos legais e históricos do tema deste trabalho; o terceiro demonstrou o caminho metodológico adotado; o quarto capítulo o MOVE como a ferramenta escolhida para estudo e análise do trabalho; e o quinto capítulo apresenta as considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM

Este capítulo tem por principal finalidade apresentar o referencial teórico do presente estudo, motivo pelo qual demonstra aspectos históricos da educação no Brasil após a Constituição Federal de 1988. Aborda, ainda, aspectos sobre a estrutura educacional brasileira, com ênfase no tema das dificuldades de aprendizagem e da educação integral.

2.1 Aspectos históricos da educação no Brasil após a Constituição Federal de 1988

A Assembleia Constituinte de 1987-1988, ocorrida no cenário brasileiro, se deu em um momento de abertura política que se desejava que a sociedade brasileira retornasse à normalidade. Muitos embates se fizeram presentes neste período, no tocante à educação, como, por exemplo: interesses divergentes entre o setor do ensino privado e os defensores das escolas públicas, pois relacionava-se à destinação de recursos públicos que deveriam ser exclusivos para o ensino público e não mais financiar escolas privadas (PINHEIRO, 1991).

Além desta discussão, outras questões também foram debatidas na Assembleia Constituinte com relação à educação e, dentre elas, cita-se a formação e valorização do magistério, dentre outras (SILVA, 2008).

A Constituição Federal de 1988 dedicou ao tema da educação vários dispositivos, sendo que, dentre eles, cita-se o artigo 6º que tratou da educação como um direito fundamental e social, como se observa a seguir:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (BRASIL, 1988, [sem indicação de página]).

Este dispositivo constitucional teve por escopo, então, tratar da educação sob a perspectiva política, mas, também, sob a perspectiva do interesse público, visto que todo e qualquer cidadão deve ter o direito de acesso à educação e à construção da sua autonomia e cidadania (CAMARA, 2013).

Outros dispositivos constitucionais também tratam sobre o direito à educação, como, por exemplo, o artigo 22, inciso XXIV; o artigo 23, inciso V; o artigo 24, inciso IX; e o artigo 30, inciso VI que versam sobre a organização do Estado e as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 dedicou uma Seção ao tema da educação, motivo pelo qual os artigos 205 a 214 tratam acerca deste assunto (BRASIL, 1988).

Camara (2013, p. 12) explica que o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é responsável por explicitar a “[...] ideia de responsabilidade tanto do Estado quanto da família em propiciar uma educação que promova o desenvolvimento da pessoa e o exercício da cidadania”. Nota-se, assim, que este dispositivo juntamente com os demais anteriormente mencionados visa tratar da educação como sinônimo de dignidade da pessoa humana.

Vianna (2006, p. 133) discorre sobre o previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que:

A educação, fundamentada na Constituição Federal, e amparada por princípios que buscam uma sociedade mais justa, é direito de todos, dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205 da Constituição Federal).

Constata-se, desta forma, que o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece três objetivos básicos da educação no contexto brasileiro, a saber: pleno desenvolvimento da pessoa; preparo da pessoa para o exercício da cidadania; e qualificação da pessoa para o trabalho (SILVA, 2000; MOTTA; KOEHLER, 2012).

Por sua vez, o artigo 206 da Constituição Federal de 1988 elenca os princípios que devem ser observados no sistema de ensino brasileiro, sendo que, dentre eles, cita-se a igualdade de acesso e permanência na escola, a liberdade de ensino, pesquisa e aprendizado e a garantia de padrão de qualidade (BASILIO, 2009; MOTTA; KOEHLER, 2012).

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988, nas lições de Basilio (2009) trata, por sua vez, de algumas garantias no tocante à educação, a exemplo da oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental e da progressiva universalização do ensino médio gratuito.

No tocante à educação básica, há de se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 inovou neste campo, porque assegurou a gratuidade e também a obrigatoriedade do ensino, bem como a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade (SILVA; et al., 2017).

Corbucci et al. (2012) e Silva et al. (2017) explicam, ainda, que a Constituição Federal de 1988 passou a garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, como também atendimento ao educando, no decorrer do ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, possibilitando o acesso à educação também para aqueles que não tenham condições financeiras.

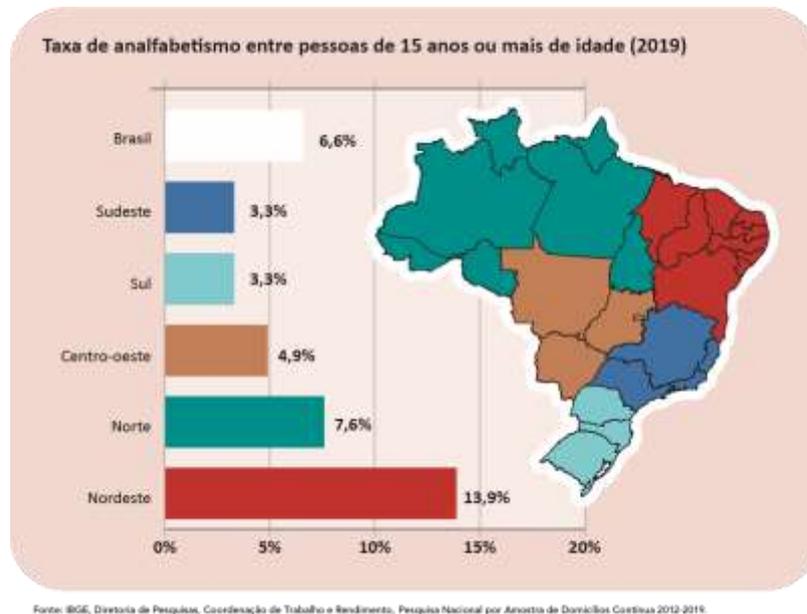
Ademais, a Constituição Federal de 1988 garantiu a oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando, determinou as competências de atuação das esferas de governo e a necessidade de uma gestão democrática do ensino, de monitoramento dos estudantes do ensino fundamental e de elaboração de um Plano Nacional de Educação (SILVA; PERONI, 2013).

A Constituição Federal de 1988 também operou avanços no campo da gestão política educacional e atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios uma gestão compartilhada do sistema educacional brasileiro, mediante coexistência de três sistemas de ensino autônomos que deveriam funcionar em regime de colaboração (GIOIA, 2015).

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter inovado em vários aspectos relativos ao direito à educação e produzido efeitos positivos, nota-se, entretanto, que ainda existem alguns problemas no âmbito educacional, uma vez que ainda se constata uma baixa qualidade educacional no ensino público; altas taxas de analfabetismo e evasão escolar; quantidade insuficiente de escolas; péssimas condições salariais dos profissionais; poucos investimentos na formação e capacitação docente; dentre outros (KUPPER, 2020; CASTRO, 2009). Sobre as taxas de analfabetismo, o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destacou que, em 2019, tais taxas são alarmantes, como se pode observar na figura 1:

Figura 1: Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE (2019).

Sobre o nível de instrução de pessoas com 25 (vinte e cinco) anos ou mais, no contexto brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também demonstrou o seguinte (vide figura 2):

Figura 2: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais



Fonte: IBGE (2019).

Aliado a estes problemas, a dificuldade de aprendizagem, também chamada de defasagem de aprendizado é uma preocupação no Brasil e considerada como um dos vários obstáculos na busca por uma melhor qualidade de ensino (FIASCHETTI, 2021). Nota-se, portanto, que a dificuldade de aprendizagem, no âmbito educacional brasileiro, já era uma realidade antes da decretação da pandemia do novo coronavírus. No entanto, após a pandemia houve uma piora neste cenário, porque:

Nesse período, alunos e professores tiveram de se adaptar a práticas remotas — basicamente efetuadas por meio de computadores, celulares e tablets — ou semipresenciais. Valeram-se também de atividades "apostiláveis", que é quando o material de estudos, juntamente com as instruções para a execução de deveres, é entregue aos alunos na escola, mas trabalhado em casa.

O que ficou pelo caminho transparece em pesquisa qualitativa recém-divulgada pelo DataSenado sobre a educação durante a crise sanitária. Os impactos da pandemia no ambiente doméstico, na escola e nas relações sociais, além das barreiras ao processo de aprendizagem são alguns dos pontos que mostram o quão difícil foi esse período, com real e significativo retrocesso no ensino (AGÊNCIA SENADO, 2022, [sem indicação de página]).

Sendo assim, resta claro que vários ainda são os problemas/déficits/carências enfrentados no sistema educacional brasileiro, especialmente após a pandemia do novo coronavírus, sendo que um deles será posteriormente aprofundado, qual seja, aquele relativo às dificuldades de aprendizagem.

2.2 Estrutura educacional no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 determina no artigo 8º que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, seguindo a linha do disposto no artigo 211, da Constituição Federal de 1988 (SILVA; STRANG, 2020). Por isso, as incumbências da União estão descritas no artigo 9º; as incumbências dos Estados descritas no artigo 10; e as incumbências dos Municípios previstas no artigo 11 que assim determina:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
 - IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
 - V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
- Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 1996, [sem indicação de página]).

Constata-se, assim, que algumas são as incumbências do Municípios no âmbito educacional brasileiro e, dentre elas, cita-se a necessidade de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e o ensino fundamental (SILVA; STRANG, 2020).

Entretanto, em 2006, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro alterou alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e passou a prever, então, que o ensino fundamental, diferentemente do que ocorria antes de 2006, passasse a contar com uma duração de 9 (nove) anos, como se pode verificar da redação do artigo 32:

- Art. 32. **O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos**, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
- § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
- § 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.
- § 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental (grifo nosso) (BRASIL, 2006, [sem indicação de página]).

Com a edição da Lei nº 11.274/2006 e a promulgação da chamada “Política do Ensino Fundamental de Nove Anos”, os Estados e os Municípios brasileiros tiveram até o ano de 2010 para criar resoluções, bem como implementar o nono ano do ensino fundamental no sistema de ensino (SCHLICKMAN, 2015).

Nota-se, assim, que a finalidade da Lei nº 11.274/2006 foi melhorar as condições da educação básica e, conseqüentemente, possibilitar que as crianças tenham um maior tempo de aprendizagem para que haja a sua efetiva e satisfatória alfabetização e letramento (SALES; SANTÓRIO, 2017).

Oliveira (2013, p. 37) declara, ainda, que a Lei nº 11.274/2006 tem por finalidade “[...] transferir para a sociedade o compromisso de uma política pública preocupada com a educação de qualidade, alterando a duração de anos expressa na LDB nº. 9.394/1996 [...]”.

Para Leal (2011) a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração se baseou também em um discurso de universalização do ensino fundamental para crianças e adolescentes entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos.

O Brasil não é único país no qual a duração do ensino fundamental tem uma maior duração. Outros países como a Suíça e a Dinamarca seguem esta mesma linha adotada no contexto brasileiro (OLIVEIRA, 2013).

O Ministério da Educação do Brasil destaca, desta forma, que a ampliação na duração do ensino fundamental tem, dentre seus objetivos, contribuir para que as crianças tenham uma maior proximidade com a realidade existente no contexto brasileiro e compensar a defasagem de ensino (chamada neste estudo de dificuldade de aprendizagem) que ainda é uma preocupação latente nos dias atuais (OLIVEIRA, 2013).

Portanto, compreende-se que a Lei nº 11.274/2006 foi sancionada com a ideia de resgatar a qualidade no ensino brasileiro, reduzir os casos de repetência escolar, bem como reforçar a responsabilidade e compromisso do governo e das autoridades educacionais das três esferas do governo, dos gestores das escolas, educadores e pais de alunos (CABRAL, 2006; PESSOA, 2011; OLIVEIRA, 2013).

Por sua vez, importante se faz salientar que a Base Nacional Comum Curricular é um:

[...] documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado (BRASIL, 2022, p. 7).

O documento a que se refere a Base Nacional Comum Curricular contempla a necessidade de observação dos direitos de aprendizagem de crianças e adolescentes que cursam o ensino fundamental e médio, estabelecendo uma direta ligação entre direito e qualidade, para que as crianças e também os adolescentes possam superar suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem (PICCININI; ANDRADE, 2018).

Aliás, cumpre salientar que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, as propostas pedagógicas, bem como os currículos deverão observar as várias dimensões do ser humano, ou seja, as particularidades dos estudantes, para que se possa, assim, possibilitar o pleno desenvolvimento e a efetivação de uma educação integral (PICCININI; ANDRADE, 2018).

Guimarães (2018, p. 1052) explica, neste sentido, que “a escola existe para a democratização do conhecimento, para a ampliação do universo cultural”. Por isso, necessário se faz a presença cotidiana de ações integradas e multidisciplinares para que as dificuldades de aprendizagem sejam identificadas a tempo e não interfiram no processo de alfabetização e letramento da criança (MACÊDO; XIMENES, 2018).

Feitas essas considerações, destaca-se que a educação escolar brasileira é composta pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior (artigo 21 da Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996).

Assim, considerando a Base Nacional Comum Curricular, afirma-se que a educação infantil se refere ao início e fundamento do processo educacional; o ensino fundamental com 9 (nove) anos de duração é a etapa mais longa da educação básica, atendendo estudantes entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos de idade; e, o ensino médio a etapa final da educação básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro (BRASIL, 2022; BRASIL, 1996).

Nota-se, deste modo, que a educação infantil deve ser compreendida como

aquela etapa escolar na qual o pedagogo tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento integral da criança que possua até seis anos de idade, desenvolvimento este que compreende variados aspectos, dentre eles o físico, psicológico, intelectual e social (PACIEVITCH, 2008). Trata-se, assim, da primeira fase de aprendizagem da criança e que deve garantir o atendimento de suas necessidades básicas que estão diretamente ligadas ao “[...] desenvolvimento socioafetivo, físico, intelectual [...]” (BRUNO, 2006, p. 17).

Porém, o ensino fundamental deve ser compreendido como aquela etapa da educação que tem por objetivo a formação básica do cidadão e que ocorre mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, considerando a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca (BRASIL, 1996).

Já o ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos e que tem como finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Sendo assim, no âmbito dos municípios deve haver a possibilidade de acesso a todos estes níveis da educação básica, porque, caso contrário, a educação não estará sendo fornecida em sua integralidade, nos moldes da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), motivo pelo qual todas as demais legislações se amparam nestes ensinamentos ora apresentados.

2.3 Dificuldades de aprendizagem

Diante deste cenário legal mais amplo da educação, importa situar as questões mais específicas que versam sobre como compreender na atualidade este tema das dificuldades de aprendizagem que parece ser um dos fatores que mais produziu números de analfabetismo e evasão escolar no Brasil. Um termo genérico em que cada instituição ou pessoa tem o seu entendimento, mas que no geral se atrela ao próprio sujeito. De quem é a dificuldade? Não é da gestão do Brasil em sua história de exclusão. Não é da instituição escola que nunca conseguiu concluir seus objetivos de maneira plana e satisfatória para todos.

A expressão “dificuldades de aprendizagem”, surge a partir da experiência e constatação de que alguns alunos não estavam obtendo o empenho escolar satisfatório para as suas faixas etárias, principalmente com relação à leitura, escrita ou cálculos, De acordo com Correia (2004), verificou-se, que alguns alunos tinham certa “inabilidade” para a aprendizagem em uma ou várias áreas de ensino e que tais inabilidades não estavam atreladas ao potencial intelectual. Por isso, este autor explica que a dificuldade de aprendizagem pode ser compreendida como:

[...] um termo genérico que diz respeito a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por problemas significativos na aquisição e uso das capacidades de escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou matemáticas. Estas desordens, presumivelmente devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, são intrínsecas ao indivíduo e podem ocorrer durante toda a sua vida. Problemas nos comportamentos auto-reguladores, na percepção social e nas interações sociais podem coexistir com as DA, mas não constituem por si só uma dificuldade de aprendizagem. Embora as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições de incapacidade (por exemplo, privação sensorial, perturbação emocional grave) ou com influências extrínsecas (tal como diferenças culturais, ensino inadequado ou insuficiente), elas não são devidas a tais condições ou influências.

Nota-se, que a ênfase maior nesta definição de dificuldade de aprendizagem é atribuída ao sujeito. Porém, não pode ser considerada isoladamente, porque outras são as concepções constantes na literatura, em artigos científicos e outros materiais já publicados acerca deste assunto (CORREIA, 2004).

Fonseca (2007) explica, neste mesmo sentido, que o conceito de dificuldades de aprendizagem, introduzido por Samuel Kirk ainda não é unânime atualmente. Aponta que a dificuldade de aprendizagem é um problema vivenciado por várias crianças e adolescentes e que desencadeia sérios problemas de adaptação escolar que são projetados para a vida adulta. Ou seja, a partir deste conceito tem-se uma

aproximação maior com a percepção sobre os fatores externos.

Para Dombrowski, Reynolds e Kamphaus (2004 apud MÓL; WECHSLER, 2008), as dificuldades de aprendizagem podem ser compreendidas, no ambiente educacional, como uma habilidade imperfeita que pode estar relacionada com a escuta, com o pensar, com o ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos. Afirma-se, assim, que a dificuldade de aprendizagem pode criar obstáculos e/ou impedimentos que não são facilmente explicáveis, motivo pelo qual pode interferir no aprender a falar, a ouvir, a ler, a escrever ou a raciocinar (FONSECA, 2007).

De acordo com lições de Rolfsen e Martinez (2008), bem como Duarte (2022), a dificuldade de aprendizagem pode ser também compreendida como algo que é comumente observado no processo de ensino-aprendizagem, visto que crianças e adolescentes, se comparados a outros sujeitos, não conseguem entender ou assimilar o que lhes é repassado. Por isso, a dificuldade de aprendizagem pode estar atrelada a uma combinação de fatores, como, por exemplo, fatores individuais, parentais, sociais ou escolares.

Nesta pesquisa, parte-se destes entendimentos para problematizar essa concepção baseada apenas no sujeito, nas questões internas que justificam determinadas dificuldades de aprendizagem. Para Lopes (2004, p. 12) a dificuldade de aprendizagem, pode ser entendida a partir da seguinte ideia:

Não conseguir aprender em tempo igual ou semelhante que os colegas, não conseguir permanecer sentado por longos períodos de aula, não tirar a média mínima nas avaliações para poder ser aprovado, não conseguir atingir os objetivos mínimos pré-definidos na escola para serem desenvolvidos em um ano letivo e não tolerar a invenção de sua incapacidade, reagindo através de comportamentos que são lidos como indisciplina, são alguns dos exemplos de produções vividas nas escolas pelos alunos que buscam em serviços de apoio pedagógico uma chance de não sair e nem mesmo reprovar na escola.

Constata-se, a partir de Lopes (2004), que a dificuldade de aprendizagem está atrelada às questões enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, tem relação com a instituição, com a forma como se olha para tais sujeitos. Considerar o motivo pelo qual crianças ou adolescentes não conseguem acompanhar os ensinamentos e conhecimentos perpassados no ambiente de ensino e compreender, ainda, porque alguns precisam de um suporte pedagógico para enfrentar tais dificuldades, parece ser um entendimento que remete às práticas desenvolvidas na escola e que buscam tirar este sujeito desta condição de não aprendente ou reforçar

esse lugar de não aprendente.

Nos anos iniciais, a dificuldade de aprendizagem precisa ser avaliada pelos docentes mediante a realização de projetos, de ações e/ou estratégias, porque é somente por intermédio de uma avaliação que se consegue verificar as prováveis dificuldades encontradas em cada criança. A partir daí pode-se pensar sobre estas intervenções para considerar que as crianças, como sujeitos em desenvolvimento que são, nem sempre conseguem traduzir ou expressar em palavras, como ocorre com adolescentes, jovens e adultos, quais são as dificuldades por elas encontradas (STÜMER; UMBELINO, 2020).

Além disso, é necessário “[...] compreender a singularidade do processo educativo e quais os motivos levam as crianças e jovens a irem para a escola”, para, a partir disso, promover-se um ambiente escolar favorável e propício para o processo de ensino-aprendizagem (STÜMER; UMBELINO, 2020, p. 3).

Mól e Wechsler (2008) afirmam que o processo de escolarização é extremamente importante para o desenvolvimento das crianças, porque além de proporcionar conhecimento, o ambiente de ensino deve fomentar um espaço de aprendizagem que possibilite às crianças expandir e desenvolver novas formas de relações com o mundo. No entanto, não se pode desprezar que o processo de escolarização pode gerar às crianças, nos anos iniciais, alguns obstáculos, sendo que não é raro verificar alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem neste período inicial do ensino formal.

Verifica-se, diante disso, que muitas vezes estas crianças com dificuldades de aprendizagem são tratadas discriminadamente e de forma preconceituosa pelos próprios professores, não havendo o compromisso e empenho para investigar as causas destas dificuldades e quais são as suas reais habilidades e potencialidades (MÓL; WECHSLER, 2008).

Para Duarte (2022) que partilha de entendimento semelhante ao acima mencionado, relata quanto às dificuldades de aprendizagem:

Quando os educadores não conseguem identificar a causa desse problema, isso acaba se tornando um tormento na vida escolar da criança, uma vez que, diante da não aprendizagem, a criança é rotulada como lerda, preguiçosa, entre outros. (DUARTE, 2022, [sem indicação de página])

Não é raro também, observar que as crianças com dificuldades de

aprendizagem sejam direcionadas aos serviços de saúde, como se os problemas escolares fossem problemas de saúde (ROSSINI; SANTOS, 2002).

Portanto, deve-se considerar que o contexto social e o contexto educacional exigem a necessidade de maiores estudos que repercutam na formação de professores e na prática pedagógica. Havendo formação e capacitação dos professores e o fomento de práticas pedagógicas destinadas às crianças com dificuldade de aprendizagem, desaparecerá, conseqüentemente, “[...] o estigma da criança com dificuldade de aprendizagem como aquela que nunca irá acompanhar a turma, como a criança lenta, atrasada e/ou com algum problema intelectual” (STÜMER; UMBELINO, 2020, p. 3).

Feitas estas sucintas considerações sobre o conceito de dificuldades de aprendizagem, sua presença especialmente nos anos iniciais de ensino, a importância da inserção escolar, bem como de formação e capacitação dos professores e o fomento de práticas pedagógicas, deve-se compreender, então, que as dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas no ambiente escolar, porque é a escola o local ideal para se promover ações educativas e desenvolver aprendizagens (DUARTE, 2022).

Freire (1996, p. 34) já se manifestava no sentido de que:

A relação docente/aluno deve ser cultivada a cada dia, pois um depende do outro e assim os dois crescem e caminham juntos. E é nessa relação madura que o docente deve ensinar que a aprendizagem não ocorre somente em sala de aula. Assim, o aluno irá desenvolver um espírito pesquisador e interessado pelas coisas que existem; ele desenvolverá uma necessidade por aprender, tornando-se um ser questionador e crítico da realidade que o circunda.

Sendo assim, compete ao professor ter noção do nível de desenvolvimento de cada um dos alunos e, quando necessário, implementar propostas que permitam seu progresso (DUARTE, 2022). No entanto, o professor pode contar com diferentes apoios para criar e implementar propostas aos alunos que apresentam dificuldades. A seguir trataremos a Educação Integral como uma possibilidade nesse sentido.

2.4 Educação integral

Diante da possibilidade de compreender a dificuldade de aprendizagem de forma mais ampla, não centrada no sujeito, busca-se fornecer elementos sobre as contribuições na perspectiva da educação integral, como conceito e como vem

operando em um programa específico que prioriza uma formação de modo integral às crianças e jovens.

Muito vem se falando sobre a educação integral, no contexto brasileiro, porque esta é uma temática que está diretamente ligada aos programas e políticas educacionais (PESTANA, 2014; DILL, 2019). No entanto, antes de versar sobre os programas e políticas educacionais relativos às dificuldades de aprendizagem que são o foco central desta pesquisa, importante se faz destacar, mesmo que brevemente, no que consiste a educação integral.

A educação integral, nas lições de Dill (2019, p. 49)) é uma política pública implementada na área educacional que “[...] busca requalificar os tempos e espaços educativos, convidando a refletir sobre o processo educacional como uma prática vinculada com a vida e o território”.

Trata-se, ainda, de uma política que tem por principal finalidade a formação humana integral e que deve estar baseada na laicidade, no desenvolvimento integral e com ênfase na diversidade e potência dos sujeitos envolvidos, a saber: educadores e educandos (DILL, 2019). Apostar na potência de cada sujeito é claramente a perspectiva deste estudo que pretende identificar como um programa de educação integral poderia contribuir para deslocar das características individuais de cada um para olhar para o contexto onde são produzidas estas comparações, competições, distinções e classificações que geram a discriminação e o preconceito, reforçando ainda mais essas dificuldades de alguns alunos.

Moll (2013, p. 96) também faz reflexões sobre a educação integral e explica:

Escola de tempo integral, em sentido restrito, refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas **as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros** – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação à sua ampliação, quanto à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (grifo nosso).

Constata-se, a partir destes aspectos introdutórios, que a educação integral prioriza a pessoa como um todo, motivo pelo qual este todo não pode ser fragmentado. Considerando este todo, a educação visa a integralidade, seja através de linguagens, atividades ou circunstâncias e, concomitantemente, o desenvolvimento cognitivo,

afetivo, físico e social, dentre outros (MAURICIO, 2009).

Falar em educação integral é, assim, referir-se ao ensino em tempo integral, à extensão da jornada escolar e à preocupação em homogeneizar saberes, atentando para a integralidade dos estudantes, porque somente assim alcançar-se-á a eficiência nos resultados escolares (ARROYO, 2011; MOLL, 2013).

Santaiana (2015, p. 27) também esclarece sobre a educação integral, que a sua concepção não é tarefa fácil, porque:

[...] ela se diversifica de acordo com as relações de poder e de saber que se atravessam contextualizadas, cultural, histórica e socialmente. Ele se ampara teoricamente diferente, de acordo com os saberes julgados produtivos de uma época. Mas, certamente, é um tema que nos prende e nos intriga a pensar na busca, que talvez não exista, de um único conceito que o abarque totalmente, dada a dimensionalidade de práticas pedagógicas diferentes que ela permite operar na escola e na sociedade.

Afirma-se, diante disso, que a educação integral pode ser vista tanto sob o nuançe social quanto educacional. A educação integral é um caminho para que se possa garantir o acesso à educação de qualidade. É, mais do que isso: uma educação que desabrocha as habilidades e potencialidades humanas (GOUVEIA, 2006; GADOTI, 2009).

Sendo assim, deve-se compreender que a educação integral é uma temática que guarda direta relação com o foco central deste trabalho, porque o Programa MOVE tem, dentre seus objetivos, contribuir para as aprendizagens e também para a formação integral dos alunos por intermédio da realização de atividades educativas, lúdicas e recreativas.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por principal finalidade apresentar os caminhos metodológicos que foram sendo construídos no decorrer do desenvolvimento deste estudo. Trata-se, em um primeiro momento, de situar como se entende a pesquisa qualitativa em educação, bem como os efeitos positivos no contexto da educação e no caso aqui, de modo mais específico, para o campo da Pedagogia. Posteriormente, citam-se os procedimentos metodológicos empregados, a partir da análise documental, considerando as contribuições de Cellard (2012) que ressalta a importância do uso deste método que valoriza o documento como fonte fundamental para compreender determinados fenômenos, especialmente, no campo social e educacional. Por fim, pretende-se ainda descrever o programa que é o objeto desta pesquisa, qual seja, o Programa “Movimentos e Vivências na Educação Integral” (MOVE).

Cellard (2012) explica que como as capacidades da memória são limitadas e ninguém consegue memorizar tudo, os documentos possibilitam o acesso às informações no decorrer dos tempos. Em decorrência disso, a análise documental, no plano metodológico, é responsável por coletar dados que não podem e não devem sofrer influências externas e que precisam ter credibilidade, bem como ser autênticos e confiáveis.

Esta pesquisa se caracteriza, inicialmente, por ser uma pesquisa de natureza aplicada, porque nas lições de Prodanov e Freitas (2013), busca-se, por intermédio dela, gerar conhecimentos destinados à aplicação prática e voltados à resolução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Vale registrar que esta pesquisa se aproxima também de um estudo de caso, porque de acordo com ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013, p. 60):

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência.

A partir desta definição de estudo de caso apresentada por Prodanov e Freitas (2013), Yin (2001) e Gil (2008), a presente pesquisa se destaca por ser um estudo de caso, porque por meio da técnica da análise documental e da entrevista verificar-se-á se o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo.

Além disso, esta é uma pesquisa que tem natureza exploratória, porque visa possibilitar maiores informações sobre o assunto investigado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.1 Procedimentos metodológicos

Para compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo, parte-se de uma descrição geral do programa, dos materiais que estão sendo divulgados no site da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, para, posteriormente, buscar outros elementos por meio de uma entrevista que visou estabelecer uma aproximação maior com as práticas desenvolvidas pelo programa.

Destaca-se, então, que esta é uma pesquisa que compreende uma análise bibliográfica e documental, a partir de informações colhidas em livros, artigos científicos, documentos públicos, periódicos, trabalhos de conclusão de curso, dentre outros (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Buscou-se compreender como esse tema em estudo vem sendo abordado e em que medida se aproxima do enfoque que se pretende. Os termos de buscas foram os seguintes: Dificuldade de Aprendizagem + Inclusão escolar; Dificuldade de Aprendizagem + Prática Pedagógica; Projetos/ações/estratégias + dificuldade de aprendizagem + prática docente, buscou-se desenvolver uma análise a partir de livros e produções de trabalhos de conclusão de curso/monografias no *site* do Lume/UFRGS¹, entre os anos de 2018 a 2022. Por isso, dentre os trabalhos utilizados, citam-se alguns que constam no quadro 2:

¹ Repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quadro 2: Materiais coletados para revisão de literatura

| Autor | Ano | Tipo de trabalho | Título |
|-----------------------------|------------|--|--|
| Vagner Peruzzo | 2018 | Tese de Doutorado em Educação em Ciências | Educação [em tempo] integral: a contribuição do Programa Mais Educação – PME à comunidade escolar em um município da serra gaúcha/RS |
| Sidimar Meira Sagaz | 2019 | Dissertação de Mestrado em Administração | Ambientes de aprendizagem em escolas de atividades criativas no Rio de Janeiro |
| Juliana Kaefer Dill | 2019 | Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências | Educação especial e educação integral: um estudo de caso sobre as interfaces em uma escola pública |
| Graziane Elias Farias Ramos | 2018 | Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia | Docência compartilhada no ensino de crianças com dificuldade de aprendizagem |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Estes estudos abordaram o tema da aprendizagem a partir de diferentes aspectos, permitindo uma aproximação com a abordagem pretendida neste estudo que foi a de centrar-se nas dificuldades de aprendizagens nos anos iniciais a partir do MOVE. A fim de compreender de modo mais aprofundado as estratégias adotadas pela escola para considerar estes desafios de alguns alunos em sua aprendizagem, agendou-se uma entrevista com a Coordenadora do Programa.

Quanto à técnica da entrevista, vale destacar que esta foi pensada a partir de um roteiro semiestruturado para melhor organizar e manter o foco nas questões pertinentes ao estudo (GIL, 2008). Por isso, foi realizada com dois responsáveis pela Coordenação do “Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral” (MOVE), no mês de agosto de 2022 e contou com 9 (nove) questões que tiveram por finalidade compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo. Entre as questões abordadas na entrevista destacam-se os seguintes temas: Objetivos do Programa Move na Educação Integral; Estrutura do Programa Move; Atividades desenvolvidas; O funcionamento do Move e suas relações com o tema das dificuldades de aprendizagem; O MOVE e Práticas Pedagógicas nos anos iniciais). O roteiro das questões encontra-se em anexo. A

entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, com duração de 35 (trinta) e cinco minutos e 47 (quarenta e sete segundos).

Em relação aos princípios éticos foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado.

Por fim, ainda que tais resultados fossem importantes em uma natureza qualitativa, priorizou-se a análise documental. Salienta-se que a presente pesquisa tem natureza qualitativa, porque não tem por escopo dar visibilidade aos números de participantes e ou os resultados obtidos do programa. Demais estudos decorrentes da implantação do Programa que pudessem abranger esse enfoque quantitativo seria muito adequado. No entanto, o foco nessa investigação foi mais qualitativo e visou trazer elementos para refletir e analisar as estratégias criadas pela rede de ensino municipal de Novo Hamburgo para lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos que cursam os anos iniciais do ensino fundamental. O "Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral" (MOVE), tem como um dos objetivos o de minimizar os efeitos destas dificuldades no cotidiano da sala de aula e apoiar a prática docente.

Apresenta-se a seguir os elementos principais deste programa para posteriormente dar visibilidade às análises.

3.2 Programa MOVE

Para descrever o Programa Move, algumas informações foram retiradas do *site* da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/smed/municipais/programa-movimentos-vivencias-educacao-integral-move>), conforme apresenta-se no print de tela constante na figura 3.

Figura 3: Informações do MOVE no *site* da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo

Fonte: Novo Hamburgo (2022).

Foi considerado, além do *site*, um documento impresso que foi obtido junto à Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo que encontra-se estruturado da seguinte maneira: introdução; justificativa; objetivo geral; coordenação do programa; execução do programa; desenvolvimento do programa; participação no programa; calendário e dias letivos do programa MOVE nas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs); adesão ao programa; financiamento do programa; prestação de contas; considerações finais; referências (MOVE, 2022).

O MOVE surgiu no âmbito da educação municipal de Novo Hamburgo no ano de 2018, com a finalidade de

"[...] minimizar as defasagens na aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental com foco na recuperação da aprendizagem" (MOVE, 2022, p. 5).

Trata-se, assim, de um programa importante considerando este contexto atual da pandemia. O objetivo geral do MOVE é contribuir para que haja o desenvolvimento integral dos estudantes que estão cursando o ensino fundamental, com ênfase nos alunos que não consolidaram a alfabetização e/ou que necessitam de um acompanhamento biopsicossocial, motivo pelo qual são desenvolvidas atividades educativas e lúdicas (MOVE, 2022).

A coordenação do Programa MOVE é realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo e pelo setor de Educação Integral que é responsável

por planejar, organizar, acompanhar, como também assessorar e avaliar o trabalho desenvolvido no âmbito escolar. Por isso, este setor de Educação Integral

“[...] promoverá a formação continuada de contexto para os Coordenadores Comunitários, de acordo com as necessidades pedagógicas percebidas [...]” (MOVE, 2022, p. 5-6).

Destaca-se, ainda, com relação à execução do Programa MOVE, que:

[...] na escola, há o Coordenador(a) Comunitário(a), que articula a proposta pedagógica, devendo estar em consonância com a equipe diretiva e com o Projeto Político-Pedagógico na instituição em que atua. No ano letivo de 2022, o programa iniciará presencialmente na escola com a presença de um Coordenador Comunitário e um monitor ou dois monitores, com o Consolidado composto por duas turmas (uma por turno) ou quatro turmas (duas por turno), a partir do plano de atendimento apresentado pela escola. Os estudantes participantes do programa são atendidos no contraturno escolar, com carga horária de três horas e trinta minutos, seguidas ao turno regular da escola, totalizando sete horas e trinta minutos de atendimento diário. Preferencialmente, o horário de atendimento aos estudantes no contraturno é das 9h30 às 15h (MOVE, 2022, p. 6).

Além disso, importante destacar que no desenvolvimento do MOVE está previsto um planejamento das atividades de educação integral; uma articulação entre o currículo e as atividades pedagógicas; as estratégias pedagógicas devem considerar a educação e ludicidade; e as áreas de conhecimento de língua portuguesa e matemática devem ser priorizadas (MOVE, 2002).

O Programa MOVE também será desenvolvido com acompanhamento da aprendizagem, porque este acompanhamento amplia as oportunidades dos alunos e melhora os índices de aprovação, possibilitando,

“o ensino de leitura, escrita e desenvolvimento de práticas de Letramentos nas oficinas de Língua Portuguesa” (MOVE, 2022, p. 12).

Por isso, no quadro 3 demonstra-se uma síntese do Programa MOVE:

Quadro 3: Programa MOVE

| | |
|---------------------------------------|--|
| JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA MOVE | O Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral é medida que visa minimizar as defasagens na aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental com foco na recuperação da aprendizagem. Este programa municipal, colaborativo e integrado ao ensino regular, será adequado quanto ao seu atendimento, às necessidades e possibilidades de cada instituição de ensino. |
| | Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes do Ensino Fundamental - com foco nos estudantes que |

| | |
|---|--|
| OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA MOVE | ainda não consolidaram a alfabetização e/ou que necessitam de um acompanhamento biopsicossocial mais relevante, a partir do atendimento em tempo estendido, no contraturno do ensino regular, através de atividades educativas e lúdicas. |
| COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MOVE | O programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação - SMED, através do setor de Educação Integral. |
| EXECUÇÃO DO PROGRAMA MOVE | <p>Para executar o trabalho desenvolvido pelo programa MOVE, na escola, há o Coordenador(a) Comunitário(a), que articula a proposta pedagógica, devendo estar em consonância com a equipe diretiva e com o Projeto Político-Pedagógico na instituição.</p> <p>No ano letivo de 2022, o programa iniciou presencialmente com a presença de um Coordenador Comunitário e um monitor ou dois monitores, com o Consolidado composto por duas turmas (uma por turno) ou quatro turmas (duas por turno), a partir do plano de atendimento apresentado pela escola.</p> <p>Os estudantes participantes são atendidos no contraturno escolar, com carga horária de três horas e trinta minutos, seguidas ao turno regular, totalizando sete horas e trinta minutos de atendimento diário. Preferencialmente, o horário de atendimento aos estudantes no contraturno é das 9h30 às 15h.</p> |
| DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MOVE | <p>A organização curricular e estrutural do programa busca a ênfase nas aprendizagens essenciais, que constam nos Marcos de Aprendizagem da RME-NH.</p> <p>Além disso, o planejamento das atividades da educação integral deve acontecer de acordo com os Documentos Orientadores da RME/NH, PPP da escola, Plano de Contingência, Plano de Gestão Compartilhada, materiais disponíveis e recursos humanos.</p> <p>A articulação, entre o currículo estabelecido na escola e as atividades pedagógicas propostas pelo MOVE, deve ser construída mediante o permanente diálogo entre os professores da escola, o(a) coordenador(a) do programa, o(a) monitor(a) e a coordenação pedagógica.</p> |

Fonte: Criado pela autora com base no Programa MOVE (2022).

Apesar de o MOVE ser o programa estudado no decorrer deste trabalho, é importante salientar que outros programas que visam o desenvolvimento integral de estudantes que ocorrem no cenário brasileiro puderam ser vistos como contexto mais amplo que correspondem as políticas públicas criadas em determinados períodos. Dentre estes programas, destaca-se o Programa Mais Educação (PME) e o Programa Novo Mais Educação (PNME). O PME é uma “[...] política pública do governo federal que durante nove anos se propôs a induzir a ampliação da jornada escolar na

perspectiva da educação integral”; e o PNME “[...] uma estratégia do Ministério da Educação para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes” (PERUZZO, 2018, p. 14/83).

Citam-se, ainda, programas desenvolvidos por escolas privadas situadas no Rio de Janeiro, conforme leciona Sagaz (2019); e, programas que ampliam a jornada escolar, como, por exemplo, o Projeto Cidade Escola e o Programa de Trabalho Educativo implementados no município de Porto Alegre (DILL, 2019).

Por fim, Ramos (2018) também faz menção ao Programa Mais Alfabetização (PMALFA) que foi criado por intermédio do Ministério da Educação, visando fortalecer e apoiar as escolas/alunos no decorrer do processo de alfabetização do 1º e 2º ano do ensino fundamental e auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem.

No quadro 4 apresentam-se as principais características e particularidades destes programas ora mencionados e que se assemelham ao Programa MOVE.

Quadro 4: Programas semelhantes ao MOVE

| NOME DO PROGRAMA | ÓRGÃO CRIADOR | ANO DE CRIAÇÃO | OBJETIVO |
|------------------------------------|--|-----------------------|--|
| Programa Mais Educação (PME) | Ministério da Educação | 2007 | Induzir a construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas |
| Programa Novo Mais Educação (PNME) | Ministério da Educação | 2016 | Melhorar a aprendizagem em português e matemática no ensino fundamental, ampliando a jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. |
| Projeto Cidade Escola | Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre | 2007 | Ampliar a jornada escolar, com proposta de educação integral. |
| Programa de Trabalho Educativo | Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre | 1994 | Orientar, qualificar e iniciar a inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens com deficiência, garantindo aprendizagens para além do espaço escolar. |
| Programa Mais Alfabetização | Ministério da Educação | 2018 | Fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de |

| | | | |
|----------|--|--|--|
| (PMALFA) | | | alfabetização dos estudantes matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. |
|----------|--|--|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Feitas estas considerações, registra-se que uma vez reunidas as informações bibliográficas, documentais e as decorrentes da entrevista realizada, serão apresentados e discutidos no próximo subtítulo os resultados, com vistas a demonstrar a resposta ao problema de pesquisa, bem como o alcance dos objetivos inicialmente traçados. Para tanto, buscou-se realizar os seguintes movimentos de análises: a) descreveu-se de forma geral o documento; b) classificou-se as principais informações sobre princípios, fundamentos e estrutura do programa; c) descreveu-se e cotejou-se as respostas da entrevista com a gestão e dados sobre o programa. Com base neste movimento analítico chegou-se a três categorias de análise: 1) o MOVE como ferramenta da educação integral; 2) o MOVE como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem; e, 3) os desafios do MOVE para contemplar as questões relativas ao processo de alfabetização. Discute-se a seguir tais categorias, tendo em vista esse Programa como uma possibilidade de desenvolver a aprendizagem.

4 PROGRAMA MOVE COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM

Este capítulo tem por escopo descrever, interpretar, analisar e discutir os dados coletados para a realização desta pesquisa que teve por objetivo geral compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para considerar o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas utilizadas nos anos iniciais, da rede municipal de Novo Hamburgo. Assim, destaca-se, inicialmente, que far-se-á uma triangulação das informações constantes no documento impresso que trata sobre o MOVE, a entrevista² realizada com dois responsáveis pela Coordenação do Programa MOVE, e o conteúdo exposto no decorrer do referencial teórico deste estudo.

Importa salientar no tocante à realização da entrevista, já mencionada no decorrer do capítulo destinado ao caminho metodológico, que esta se iniciou com a autora desta pesquisa e entrevistadora explicando a finalidade do seu Trabalho de Conclusão de Curso que está diretamente ligada ao tema dificuldades de aprendizagem. Na sequência, enfatizou-se a necessidade de abordar este assunto, especialmente após um período pandêmico e a importância em lidar e trabalhar com tais dificuldades no contexto escolar para evitar problemas futuros.

Feitas estas considerações, passa-se a apresentar nos subtítulos seguintes as três categorias de análise consideradas neste estudo, quais sejam: 1) o MOVE como ferramenta da educação integral; 2) o MOVE como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem; e, 3) os desafios do MOVE para contemplar as questões relativas ao processo de alfabetização.

4.1 Programa MOVE como ferramenta de educação integral

Segundo o documento impresso que aborda questões relativas ao MOVE, este programa surgiu em 2018, por intermédio de verbas municipais para ampliar a jornada

² A entrevista foi realizada no dia 09 de agosto do corrente ano, no período matutino e contou com 09 (nove) questões predeterminadas (que abordam alguns assuntos relacionados ao foco central deste estudo, como, por exemplo, a participação dos entrevistados no MOVE; objetivos, estrutura, funcionamento e atividades deste programa e a relação entre o MOVE, a educação integral e as dificuldades de aprendizagem).

escolar, qualificar as aprendizagens, como também para diversificar experiências, motivo pelo qual destina-se principalmente à educação integral (MOVE, 2022).

Ainda de acordo com este referido documento, cabe destacar no tocante à educação integral no município de Novo Hamburgo, que esta consiste em:

“[...] uma proposta que está na rede municipal desde 2008 e, atualmente, está presente na totalidade das escolas de ensino fundamental. Apesar de ocorrer há anos, continua sendo um desafio, pois envolve uma proposta de compartilhamento da tarefa de educar, para além da responsabilidade dos professores, de diferentes educadores e atores sociais da comunidade. Nesse sentido, o diálogo entre a proposta do ensino integral e do ensino regular deve ser muito bem articulado para que ambos ocorram de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes” (MOVE, 2022, p. 4).

A educação integral está, então, diretamente ligada à implementação e atuação do MOVE, mas no período da pandemia do novo coronavírus sofreu restrições em virtude do isolamento social e paralisação de atividades (MOVE, 2022).

No entanto, no mês de abril de 2021 a educação voltou a ser adotada com a finalidade de auxiliar os estudantes do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem e minimizar tais dificuldades. A partir disso, o MOVE também voltou a funcionar (no segundo semestre de 2021, no contraturno escolar), de forma segura, qualificada e híbrida. Posteriormente, houve o retorno das atividades presenciais (MOVE, 2022).

Constata-se que o Programa MOVE é uma ferramenta para a educação integral, porque a proposta relativa à educação integral contempla os anos iniciais e finais e é adotada

“[...] de acordo com a necessidade e disponibilidade espacial de cada instituição, tendo como foco essencial a consolidação da alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática” (MOVE, 2022, p. 5).

Diante disso, verifica-se que não é à toa que o objetivo do MOVE é contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes do ensino fundamental, sendo a coordenação deste programa realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo por intermédio do setor de educação integral que é responsável pelo planejamento, organização, acompanhamento, assessoramento e avaliação dos trabalhos desenvolvidos (MOVE, 2022).

O Programa de educação integral é responsável, ainda segundo o documento impresso que aborda questões relativas ao MOVE, pela promoção da formação continuada dos Coordenadores Comunitários que são aqueles indivíduos que articulam a proposta pedagógica e devem estar em sintonia com a equipe diretiva, como também com o projeto político-pedagógico da instituição escolar. Os Coordenadores Comunitários têm várias atribuições, sendo que, dentre elas, destaca-se a participação e colaboração para a elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico de forma global, mas com especial atenção às questões da educação integral; e, a participação em cursos de formação relacionados ao MOVE e à educação integral (MOVE, 2022).

Portanto, a educação integral ocorre por meio de aulas regulares no ambiente de ensino conjuntamente com as atividades do programa MOVE que são realizadas no contraturno escolar, com duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, diariamente (MOVE, 2022).

Destaca-se, ainda, que o planejamento das atividades da educação integral ocorre em observância a alguns documentos orientadores, ao projeto político-pedagógico da instituição escolar, ao plano de contingência, bem como ao plano de gestão compartilhada e considerando os materiais e recursos humanos disponíveis.

Na entrevista realizada com os dois responsáveis pela Coordenação do MOVE, verifica-se que este programa possui alguns objetivos gerais e específicos. Os objetivos gerais se referem ao trabalho com um público específico (estudantes que cursam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental), colaborando com a questão das dificuldades de aprendizagem, de forma integral. Neste ponto, ressalta-se que o Programa MOVE está diretamente ligado à educação integral, motivo pelo qual pode ser considerado “o braço da educação integral”.

Os entrevistados relatam também que o Programa MOVE funciona, na prática, no contraturno escolar, com duração de três horas e meia. Portanto, as crianças que frequentam o ensino regular no período matutino dirigem-se ao MOVE no período vespertino e vice-versa, havendo, entre estes períodos (matutino e vespertino), o fornecimento de almoço para todas as crianças.

Além disso, os entrevistados narram que não há dúvidas de que a educação integral, uma perspectiva do Programa MOVE, pode contribuir sobremaneira no

processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem, porque é por intermédio da educação integral que se consegue integrar o sujeito com o conhecimento, ou seja, desenvolver suas capacidades e habilidades.

Além disso, de acordo com os entrevistados 1 e 2 (que serão chamados a partir de agora de E1 e E2), a educação integral não se resume em “um tempo a mais”. Ela é responsável por proporcionar aos alunos o desenvolvimento de inúmeras atividades que envolvem a ludicidade e o simbolismo e contribuir para sanar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por cada criança, considerando a individualidade de cada qual.

Sendo assim, deve-se compreender que o Programa MOVE está pautado no planejamento e na organização escolar, prioriza a educação integral como uma política que visa a formação humana integral e baseia-se no desenvolvimento integral, diversidade e potência dos sujeitos envolvidos.

Por isso, o MOVE pode ser visto como ferramenta de educação integral seguindo os ensinamentos já abordados no decorrer do referencial teórico da presente pesquisa e está em sintonia com as lições de Pestana (2014) e Dill (2019), porque é uma política educacional que visa o desenvolvimento integral e a potência dos educadores e educandos.

Por fim, cabe salientar que o MOVE como ferramenta de educação integral considera as necessidades cognitivas, éticas e lúdicas, dentre outras que devem estar presentes no contexto da educação integral, segundo ensinamentos de Moll (2013), Mauricio (2019), Arroyo (2011), Gouveia (2006) e Gadoti (2009) e que há uma preocupação com a homogeneização de saberes e eficiência nos resultados escolares, bem como com uma educação pública de qualidade e voltada às habilidades e potencialidades de cada estudante.

4.2 Programa MOVE como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem

Considerando o documento impresso que aborda questões relativas ao MOVE, verifica-se, inicialmente, que este é um programa que atua como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem, porque tem a finalidade de desenvolver e qualificar as aprendizagens (MOVE, 2022).

Além disso, constata-se que é atribuição do Coordenador Comunitário (um dos responsáveis pela execução do MOVE), realizar o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e registrar este processo juntamente com os professores, com a coordenação pedagógica e/ou com a orientação educacional, porque, desta forma, contribui-se para a elaboração de um diagnóstico de aprendizagem de cada aluno (MOVE, 2022).

Neste ponto, cabe salientar que o diagnóstico de aprendizagem de cada aluno é extremamente importante, porque é por intermédio de tal diagnóstico que se verifica quais são os estudantes com dificuldades de aprendizagem e quais medidas podem ser adotadas em prol destes estudantes para que se possa minimizar tais dificuldades e recuperar a aprendizagem (MOVE, 2022).

Portanto, afirma-se que o diagnóstico deve avaliar as habilidades/aptidões, bem como as capacidades e dificuldades de cada criança no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que tais crianças, como seres humanos, são diferentes umas das outras, possuindo características e particularidades próprias que precisam ser cuidadosamente observadas e avaliadas.

A partir deste diagnóstico educativo, possibilita-se, então, a intervenção, ou seja, a adoção de medidas/ações/estratégias que devem atentar aos problemas individuais de cada criança e ir além das questões individuais, contemplando outros múltiplos fatores.

Pode-se perceber a ênfase no uso do termo “diagnóstico” por parte do Programa a fim de identificar as questões de aprendizagem dos alunos atendidos. Cabe uma problematização sobre esse termo, pois conforme já discutido a partir de alguns autores sobre a dificuldade de aprendizagem, percebe-se que ela está atrelada às questões enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Lopes (2004), a dificuldade de aprendizagem apresenta-se a através de múltiplos fatores: tem relação com a instituição, com a prática docente, com a forma como se olha para tais sujeitos, além de questões culturais, sociais, econômicas, entre outras, envolvidas nesse processo. Por isso, o uso do termo “diagnóstico” pode gerar um olhar mais voltado apenas ao sujeito de modo mais interno, como se somente partisse dele essa dificuldade. Nesse sentido, considerar os motivos pelas quais crianças ou adolescentes não conseguem acompanhar as aulas, passa por pensar em suporte pedagógico para

aluno e professor enfrentarem tais dificuldades.

O monitor, outro integrante responsável pela execução MOVE, também realiza atribuições relativas ao processo de aprendizagem, como, por exemplo, o acompanhamento deste processo com cada aluno, uma vez que compete a ele promover a aprendizagem por intermédio de oficinas ou outras metodologias complementares (MOVE, 2022).

Ainda levando em consideração as informações constantes no documento impresso que aborda questões relativas ao MOVE, observa-se que para que haja uma efetiva aprendizagem, é necessário

“[...] incentivar os estudantes a pesquisarem, com autonomia e protagonismo, a fim de que se sintam capazes de criar situações transformadoras em sua comunidade”, devendo haver, para tanto, uma articulação do aluno com a sala de aula (MOVE, 2022, p. 11).

Em decorrência disso, o MOVE busca promover o desenvolvimento de aprendizagens essenciais, ampliar as oportunidades dos estudantes por meio de um acompanhamento pedagógico registrado e compartilhado com os professores e promove a melhora nos índices de aprovação (MOVE, 2022).

Destaca-se, portanto, que não há como dissociar a atuação do MOVE como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem da temática relativa às dificuldades de aprendizagem, porque somente mediante um processo de aprendizagem satisfatório e eficiente é que se conseguem reduzir os índices de alunos com dificuldades de aprendizagem e que são alvo do programa, ou seja, os principais sujeitos selecionados e beneficiados (MOVE, 2022).

O público alvo do programa, segundo os dois responsáveis pela Coordenação do MOVE, relatou-se, então, que este é um programa que visa atender as necessidades dos estudantes que cursam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, especialmente no tocante às dificuldades de aprendizagem que se acentuaram no decorrer do período pandêmico, demonstrando certa vulnerabilidade de alguns alunos.

Ainda segundo as narrativas do E1 e do E2 o Programa MOVE se destaca justamente porque está voltado às dificuldades de aprendizagem, ou seja, ao preenchimento das lacunas de aprendizagem vivenciadas pelos estudantes que cursam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Por isso, após a decretação da pandemia do novo coronavírus se passou a atentar a algumas disciplinas específicas, como Língua

Portuguesa e Matemática, sem desprezar outras que integram a grade curricular.

No entanto, E1 e E2 relatam que no âmbito da rede municipal de ensino existem vários núcleos e setores que trabalham interligados, auxiliando nas questões relativas às dificuldades de aprendizagem, sendo importante salientar outros projetos/programas além do MOVE que visam auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, a exemplo daqueles organizados pelas próprias escolas e do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) (já citado no item 3.2 desta pesquisa) que fornece a possibilidade de os alunos acessarem aulas de reforço escolar.

Destaca-se, ainda segundo relatos de E1 e E2 que o Programa MOVE fornece 3 (três) vezes por semana aulas de Língua Portuguesa e Matemática e em 2 (dois) dias as crianças têm a possibilidade de participar de oficinas culturais (banda, dança, expressões artísticas, teatro e fotografia) e de atividades esportivas, sempre com ênfase em práticas pedagógicas, estimulando, por exemplo, o desenvolvimento motor e psicomotor e as capacidades e habilidades dos alunos, uma vez que tais capacidades e habilidades interferem diretamente no rendimento escolar.

Além disso, o E1 e E2 afirmam a importância em trabalhar com as crianças a questão das habilidades socioemocionais que é um dos focos principais do Programa MOVE aliadas ao processo de ensino-aprendizagem, visto que a vulnerabilidade socioemocional está muitas vezes associada às dificuldades de aprendizagem.

Sobre o ingresso de crianças no Programa MOVE, os entrevistados explicam que se segue alguns critérios, a saber: vulnerabilidade social; e necessidade de acompanhamento para lidar e trabalhar com dificuldades de aprendizagem. Portanto, tais critérios são observados pela equipe diretiva do estabelecimento de ensino em conjunto com os professores, o Coordenador do MOVE que atua em cada escola e os monitores.

Atualmente, o Programa MOVE conta com, aproximadamente, no mínimo duas e no máximo quatro turmas divididas no período matutino e vespertino, sendo que tais turmas variarão, conforme a necessidade. Esta limitação de no máximo quatro turmas se dão, principalmente, em decorrência do espaço físico das escolas.

Ainda de acordo com relatos do E1 e E2, as atividades desenvolvidas pelo Programa MOVE dão ênfase ao protagonismo do estudante, seguindo um planejamento e organização (adotado por cada escola) voltado, principalmente, ao

saneamento das dificuldades de aprendizagem.

Portanto, E1 e E2 destacam que dentre as atividades que envolvem a questão da ludicidade, cita-se: a realização de danças e oficinas diversas; o trabalho da Língua Portuguesa e Matemática com materiais concretos; o oferecimento de ensino do xadrez como contribuinte para várias disciplinas e atividades básicas das crianças; prática de RPG (*Role-playing game* ou, em português, Jogo de Interpretação de Papeis); troca de conhecimento entre alunos de anos diferentes; e, envolvimento com várias tecnologias.

O Programa MOVE trabalha com a questão das dificuldades de aprendizagem em conjunto com a escola, coordenadores pedagógicos e com os professores regentes, seguindo um projeto político-pedagógico, ressaltam o E1 e E2. Assim, no início das atividades no programa identifica-se o nível de aprendizagem, bem como as necessidades de cada um dos alunos, de acordo com os professores regentes.

Cabe salientar, no entanto, que no final de cada ano letivo já se tem uma pré-lista (elaborada em conselho de classe) dos alunos que precisarão de reforços escolares e/ou acompanhamento específico do Programa MOVE para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Portanto, é importante diferenciar os alunos que somente necessitam de um reforço escolar daqueles que precisam de auxílio do Programa MOVE, porque nem sempre o aluno que precisa do reforço será conduzido ao programa.

Nota-se, além disso, que o Programa MOVE não segue uma linha retilínea. Trata-se de um programa flexível e que poderá se amoldar às necessidades de cada aluno, haja vista que as dificuldades de aprendizagem de um aluno não são as mesmas de outro.

Ademais, para os entrevistados (E1 e E2), as ações realizadas por meio do Programa MOVE atingem os professores nas escolas não somente nos anos iniciais do ensino fundamental, mas em todas as fases, não havendo preferência para uns em detrimento de outros; e as ações do programa atingem os alunos por intermédio de várias atividades, considerando as necessidades, capacidades e habilidades de cada um.

Sendo assim, afirma-se que o Programa MOVE vem contribuindo sobremaneira no tocante ao tema dificuldade de aprendizagem – um dos aspectos que historicamente vem sendo preocupação na educação brasileira, segundo Fiaschetti

(2021) –, tanto nas práticas pedagógicas dos anos iniciais quanto finais, porque várias são as ações, atividades e medidas implementadas e adotadas em prol dos alunos da rede municipal de Novo Hamburgo.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem são considerados como os principais sujeitos no âmbito do Programa MOVE, havendo a preocupação com a individualidade de cada um, bem como com suas necessidades, capacidades e habilidades, uma vez que como cada ser humano possui características e particularidades próprias, não se pode adotar ações, atividades e medidas genéricas, mas, sim, específicas e alinhadas a cada caso. Há observância, neste aspecto, à Base Nacional Comum Curricular que busca a democratização do conhecimento, como se verificou nas lições de Piccinini e Andrade (2018), Guimarães (2018) e Macêdo e Ximenes (2018), uma vez que, como já dito, o MOVE não segue uma linha retilínea, mas trata-se de programa flexível.

Em decorrência disso, considera-se também a vulnerabilidade social de cada aluno e fomenta-se o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem por intermédio de várias estratégias, porque são estas referidas estratégias que possibilitarão que os alunos avancem em seus processos de aprendizagem e consigam superar as dificuldades por eles vivenciada. Por isso, cita-se dentre estas estratégias, o trabalho conjunto da escola e seu corpo diretivo e docente com os coordenadores e monitores do Programa MOVE, bem como a realização de encontros para o fortalecimento das propostas do programa, o fornecimento de ferramentas para que se possa desenvolver um trabalho de qualidade e eficiente e o oferecimento de cursos de formação sempre voltados à questão da educação integral e dificuldade de aprendizagem.

Portanto, várias são as atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo quanto às dificuldades de aprendizagem, o que demonstra observância às disposições constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja no tocante à atuação dos Municípios na educação ou quanto à estrutura educacional brasileira, conforme já se verificou no capítulo destinado ao referencial teórico (BRASIL, 1996). Dentre tais atividades, destaca-se: a realização de danças e oficinas diversas; o trabalho da Língua Portuguesa e Matemática com materiais concretos; o oferecimento de ensino do xadrez como contribuinte para várias disciplinas e atividades básicas das crianças;

prática de RPG; troca de conhecimento entre alunos de anos diferentes; e, envolvimento com vários tipos de tecnologias.

Dito isso, é possível afirmar que o MOVE é um programa que auxilia no enfrentamento do tema dificuldade de aprendizagem e busca eliminar ou, ao menos, reduzir com problemas/déficits/carências do sistema educacional, o que, aliás, é fomentado por Stümer e Umbelino (2020), bem como Mól e e Wechsler (2008) e Duarte (2022).

4.3 Desafios do programa MOVE

Segundo informações colhidas no documento impresso que aborda questões relativas ao MOVE, a educação integral no município de Novo Hamburgo é uma realidade desde o ano de 2008, sendo que atualmente encontra-se presente em todas as instituições de ensino fundamental. Apesar disso, continua sendo considerada como um desafio, porque o processo de ensino-aprendizagem compreende o compartilhamento, a responsabilidade e o diálogo entre as próprias instituições, os educadores, educandos e a comunidade (MOVE, 2022).

Os entrevistados afirmam que há, no âmbito do MOVE, um trabalho conjunto, mas que este trabalho conjunto precisa continuar e prosperar, visto que, atualmente, este programa atende a 52 (cinquenta e duas) escolas que apesar de suas particularidades devem seguir uma linha preestabelecida e atentar às dificuldades de aprendizagem dos alunos que cursam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Por sua vez, os entrevistados (E1 e E2) comentam também que o MOVE é um programa que tem como desafio continuar realizando o fortalecimento de suas propostas e fornecer ferramentas para que se possa continuar realizando um trabalho de qualidade de eficiente, apesar de já haver encontros mensais e cursos de formação e ter acontecido, recentemente, um Seminário que possibilitou o encontro com todos os coordenadores e monitores. Por isso, deve-se continuar trabalhando, nos cursos de formação, temas que os professores têm maiores dificuldades, como, por exemplo, as questões de natureza socioemocionais.

Além disso, os entrevistados (E1 e E2) destacaram que outro desafio é a realização de parcerias, acordos ou convênios do MOVE com outros órgãos, já que

recentemente firmou-se parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para atender a demanda das questões socioemocionais, dentre outras, possibilitando o acesso a várias ferramentas para a atualização e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas.

Os entrevistados (E1 e E2) destacaram, finalmente, que as propostas do Programa MOVE com os estudantes que cursam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental estão bem consolidadas. Porém, alguns desafios ainda existem especialmente com os alunos/adolescentes que cursam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, motivo pelo qual há a necessidade de aprimoramento de propostas, com a finalidade de atrair tais adolescentes.

Nota-se, assim, que o MOVE vem contribuindo sobremaneira no tocante ao tema dificuldade de aprendizagem, especialmente nas práticas pedagógicas dos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo, porque várias são as ações, atividades, medidas e estratégias implementadas e adotadas em prol dos alunos e como todo e qualquer programa na área educacional tem desafios que não podem ser desprezados e precisam servir de motivação para que se possa modificar o cenário educacional brasileiro que, não é de hoje, enfrenta vários problemas, como destacam, por exemplo, Kupper (2020) e Castro (2009).

Sendo assim, uma vez descritos, interpretados, analisados e discutidos os resultados obtidos por intermédio do desenvolvimento deste estudo, passa-se a apresentar no capítulo seguinte as considerações finais desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação passou por vários períodos no decorrer da história do Brasil e muitos problemas/déficits/carências, podemos identificar, apesar de ser um direito fundamental de todo ser humano, previsto na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996.

Dentre estes problemas, buscou-se nessa pesquisa compreender de que forma o Programa MOVE contribuiu para o tema dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas nos anos iniciais na rede municipal de Novo Hamburgo. Aproximando-se de um conjunto de políticas decorrentes das citadas acima, há de ressaltar desde a promulgação da Lei nº 11.274/2006 (Política do Ensino Fundamental de Nove Anos); da Base Nacional Comum Curricular (2017), que esse tema sobre as dificuldades de aprendizagem vem sendo pautada como uma temática relevante no contexto brasileiro. Tais dificuldades, chamadas por alguns autores de “defasagem” afetam não somente adolescentes e jovens, mas também crianças que estão cursando os anos iniciais do ensino fundamental, ler, escrever, fazer cálculos, por exemplo.

Fica evidente que as dificuldades de aprendizagem precisam ser consideradas na prática docente com apoio de Programas como este vinculado a educação integral, visando estender a jornada escolar, a fim de oportunizar mais tempo e outras possibilidades de aprendizagens as crianças.

O MOVE constitui-se então como um programa - implementado na rede municipal de ensino de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul – que visa contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos que cursam o ensino fundamental e que apresentam dificuldades de aprendizagem, bem como necessitam de acompanhamento biopsicossocial.

Por isso, com base na análise de informações constantes em documento Programa MOVE, a partir da realização de entrevista com os dois responsáveis pela Coordenação deste programa e ensinamentos constantes no referencial teórico, realizou-se uma triangulação dos resultados e constatou-se, inicialmente, que **o programa atua como ferramenta da educação integral e pode ser considerado como estratégia para o avanço no processo de aprendizagem**, porque seu objetivo não somente teórico, mas prático, é colaborar com a questão das

dificuldades de aprendizagem, de forma integral, por intermédio de atividades educativas e lúdicas.

Verificou-se, ainda, que o MOVE fornece especial atenção aos alunos com dificuldades de aprendizagem, considerando as singularidades, capacidades, habilidades e potencialidades de cada um, porque, como se sabe, os seres humanos não são iguais e deve-se priorizar o tratamento isonômico, ou seja, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

Afirma-se, desta forma, que o Programa MOVE vem adotando estratégias para que os alunos consigam avançar em seus processos de aprendizagem a fim de evitar que sejam considerados com dificuldade de aprendizagem em sua trajetória escolar e, dentre tais estratégias, cita-se a realização de danças e oficinas diversas; o trabalho da Língua Portuguesa e Matemática com materiais concretos; o oferecimento de ensino do xadrez como contribuinte para várias disciplinas e atividades básicas das crianças; prática de RPG; a troca de conhecimento entre alunos de anos diferentes; e, o envolvimento com vários tipos de tecnologias.

Ademais, o Programa MOVE vem contribuindo com a educação integral e as dificuldades de aprendizagem, especialmente nas práticas pedagógicas dos anos iniciais, na rede municipal de Novo Hamburgo, porque várias são as ações, atividades, medidas e estratégias implementadas e adotadas em prol dos alunos, mas **alguns desafios podem ser verificados nas questões relativas ao processo de alfabetização**, especialmente no tocante à própria educação integral que envolve vários atores (instituições de ensino, educadores, educandos e comunidade) e precisa atuar com vistas ao compartilhamento, à responsabilidade e ao diálogo.

Ainda como desafio, destaca-se que o MOVE precisa continuar realizando o fortalecimento de suas propostas e fornecer ferramentas para um trabalho de qualidade de eficiente; realizar parcerias, acordos ou convênios para a atualização e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas; e, aprimorar as propostas com os alunos/adolescentes que cursam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental para que estes possam ser atraídos ao programa.

Diante disso, sugere-se que outros estudos continuem a abordar a questão das dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental e o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Programa MOVE, analisando, por exemplo, como os

professores da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo avaliam a sua contribuição a partir de sua prática docente.

No que se refere a essa reflexão sobre a prática docente ressalta-se que esse estudo possibilitou um olhar diferenciado para esse tema tornando-me uma professora pesquisadora que necessita refletir constantemente e coletivamente no ambiente escolar. Esse olhar diferenciado passa necessariamente pela possibilidade de não centrar a dificuldade no aluno, visualizando os múltiplos fatores envolvidos. Tais fatores podem ser identificados com o apoio de programas como este em análise que contribuem de modo significativo para oportunizar mais tempo e outras possibilidades de aprendizagem e vivências a esses alunos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Educação busca superar estragos da pandemia.** 08/04/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/educacao-busca-superar-estragos-da-pandemia>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ARROYO, Miguel Gonzales, Políticas educacionais, igualdades e diferenças. **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n, 1, p. 88-94, jan./abr 2011.

BASILIO, Dione Ribeiro. **Direito à educação:** um direito essencial ao exercício da cidadania. Sua proteção à luz da teoria dos direitos fundamentais e da Constituição Federal brasileira de 1988. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), 140 fls., 2009. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Departamento de Direitos Humanos, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Dione-Ribeiro-Basilio.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. **Base nacional comum curricular:** educação é a base. 2022. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014.** Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/scidadania/pdf/federal13-resolucao-cmas.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação especial, 2006. p. 17. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CABRAL, Jacira. Ensino fundamental terá nove anos a partir de 2007. **Extra-Classe**, ano 11, n. 107, out. 2006. Disponível em: <https://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/out06/educacao.asp>. Acesso em: 22 jul. 2022.

CAMARA, Luciana Borella. A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social. **Direito em Debate – Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**, v. 22, n. 40, p. 4-26, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/483>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdades na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 673-697, Campinas, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPARD, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORBUCCI, Paulo Roberto; et al. Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, p. 1-67, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4332/1/bps_n.17_vol02_educacao.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

CORREIA, Luís de Miranda. Problematização das dificuldades de aprendizagem nas necessidades educativas especiais. **Análise Psicológica**, v. 2, n. XXII, p. 369-376, 2004. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5967/1/2004_22%282%29_365.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

DILL, Juliana Kaefer. **Educação especial e educação integral**: um estudo de caso sobre as interfaces em uma escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), 106 fls., 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, 2019.

DUARTE, Bruna Carvalho. **Dificuldade de aprendizagem e reforço escolar nos anos iniciais do ensino fundamental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), 63 fls., 2022. Universidade Federal da Fronteira Sul, Licenciatura em Pedagogia, Erechim, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5529/1/DUARTE.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FIASCHETTI, Bruno. O panorama da educação no Brasil, segundo este relatório. **Nexo Políticas Públicas**, 14/07/2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/topico/2021/07/14/O-panorama-da-educacao-no-Brasil-segundo-este-relatorio>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FONSECA, Vitor da. Dificuldades de aprendizagem: na busca de alguns axiomas. **Revista Psicopedagogia**, v. 24, n. 74, São Paulo, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200005. Acesso em: 24 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALVÊAS, Elias Celso. As principais correntes da pedagogia. **Saber Digital**, 2011. Disponível em: <http://www.saber-digital.net/artigo/as-principais-correntes-dapedagogia>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOIA, Fulvia Helena de. **Tributação e custeio da educação pública no Brasil após 1988**. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico), 220 fls., 2015. Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

GOUVEIA, Maria Júlia Azevedo. Educação integral com a infância e a juventude. **Cadernos Cenpec**, n. 2, p. 77-85, São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino em Re-vista**, v. 25, n. especial, p. 1036-1055, Uberlândia, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 06 jul. 2022.

KUPPER, Agnaldo. Educação brasileira: reflexões e perspectivas. **Terra e Cultura**, ano XX, n. 39, p. 50-60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1309/1197>. Acesso em: 05 jul. 2022.

LEAL, Maria do Socorro Lima. **Ensino fundamental de 9 (nove) anos**: a universalização do acesso, a permanência qualitativa na escola e as contradições do processo de implantação em Saís Luís. Dissertação (Mestrado em Educação), 153 fls., 2011. Universidade Federal do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,

Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/201/1/DISERTACAO%20MARIA%20DO%20PERPETUO%20SOCORRO.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LOPES, Maura Corcini. A natureza educável do surdo. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.) **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MACÊDO, Luana Cunha; XIMENES, Aline Novaes. O papel do psicopedagogo no processo de alfabetização de alunos com dificuldades de aprendizagem. **Revista Filosofia Capital**, v. 13, p. 69-76, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/400/336>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa (Org.). **Educação integral em tempo integral**: estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009.

MÓL, Dalva Alice Rocha; WECHSLER, Solange Muglia. Avaliação de crianças com indicação de dificuldades de aprendizagem pela bateria Woodcock-Johnson III. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)**, v. 12, n. 2, p. 391-399, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/54bSMNvrzkqMxsDW3WFLD8B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MOLL, Jaqueline. **Seminário de educação integral**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?vGHjM2WBSrWE>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MOTTA, Ivan Dias; KOEHLER, Rodrigo Oskar Leopoldino. A Constituição federal de 1988 e o direito à educação. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**, v. 12, n. 1, p. 49-74, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2268/1641>. Acesso em: 03 jul. 2022.

MOVE. Estado do Rio Grande do Sul. Município de Novo Hamburgo. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral**. Novo Hamburgo, 2022.

NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. **Aletheia**, n. 24, Canoas, dez. 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300015. Acesso em: 05 set. 2022.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. **Educação**: Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral – MOVE. 2022. Disponível em: <https://>

www.novohamburgo.rs.gov.br/smed/municipais/programa-movimentos-vivencias-educacao-integral-move. Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Maria do Rosário Fátima Alves de. **A política de ensino fundamental de nove anos**: os desafios da implementação da Lei nº. 11.274/2006 na rede pública municipal de São Luís. Dissertação (Mestrado em Educação), 101 fls., 2013. Universidade Federal do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/257/1/Dissertacao%20Rosario.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PACIEVITCH, Thais. **Educação infantil**. Publicado em: 28/02/2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/educacao-infantil/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PERUZZO, Vagner. **Educação [em tempo] integral**: a contribuição do Programa Mais Educação – PME à comunidade escolar em um município da serra gaúcha/RS. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), 131 fls., 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Bioquímica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185947/001081890.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2022.

PESSOA, Ana Kátia de Souza. **Ensino fundamental de nove anos**: das orientações do MEC às ações dos Estados e Municípios. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), 53 fls., 2011. Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de Ciências e Humanidades, São Paulo, 2011.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral? **Revista Contemporânea de Educação**, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://portalid.ea.com.br/cursos/aperfeioamento-em-educacao-em-tempo-integral-apostila04.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PICCININI, Cláudia Lino; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O ensino de ciências da natureza nas versões da Base Nacional comum curricular, mudanças, disputas e ofensiva liberal-conservadora. **REnBio – Revista de Ensino de Biologia da SBENBio**, v. 11, n, 2, p. 34-50, 2018. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/124/32>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PINHEIRO, Maria Francisca Sales. **O público e o privado na educação brasileira**: um conflito na Constituinte (1987-1988). Tese (Doutorado em Sociologia), 457 fls., 1991. Fundação Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Brasília, 1991. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34117>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Graziane Elias Farias. **Docência compartilhada no ensino de crianças com dificuldade de aprendizagem.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), 38 fls., 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia – Licenciatura, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/195592/001092225.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2022.

REVISTA EXAME. **Após pandemia, brasileiros apresentam até 4 anos de defasagem educacional.** 10/0/2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/apos-pandemia-brasileiros-apresentam-ate-4-anos-de-defasagem-educacional/>. Acesso em: 05 set. 2022.

ROLFSEN, Andréia Bevilacqua; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. Programa de intervenção para pais de crianças com dificuldades de aprendizagem: Um estudo preliminar. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, v. 18, n. 39, p. 175-188, 2008.

ROSSINI, Sonia das Dores Rodrigues; SANTOS, Antonio A. Fracasso escolar: estudo documental de encaminhamentos. In: SISTO, Fermino Fernandes; BORUCHOVITCH, Evely; FINI, Lucila Diehl Tolaine; BRENELLI, Rosely Palermo; MARTINELLI, Selam de Cássia (Orgs.). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** Petrópolis: Vozes, 2002.

ROSSLER, João Henrique. **Construtivismo e alienação:** as origens do poder de atração do ideário construtivista. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAGAZ, Sidimar Meira. **Ambientes de aprendizagem em escolas de atividades criativas no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Administração), 253 fls., 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Mestrado Acadêmico, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197894/001098902.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2022.

SALES, Núbia Miranda dos Santos; SANTÓRIO, Simone Santos Carvalho. O processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental a partir da lei 11.274/2006: um olhar sobre as práticas educacionais. **Revista Cosmos Acadêmico**, v. 2, n. 2, p. 16-28, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/revista-cosmos-academico-v02-n02-artigo02.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SANTAIANA, Rochele. **Educação integral no Brasil:** a emergência do dispositivo de intersectorialidade. Tese (Doutorado em Educação), 106 fls., 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131041/000980271.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SCHLICKMAN, Maria Sirlene Pereira. **O potencial da lei do ensino fundamental de**

9 anos: entre o discurso político e o discurso pedagógico. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem), 236 fls., 2015. Universidade do Sul de Santa Catarina, Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem, Tubarão, 2015. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3298/1/111113_Maria.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, Silvana Lovera; et al. Do direito à educação de crianças e adolescentes. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 5, p. 121-128, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/45>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SILVA, Andréia Ferreira da. Processo constituinte e educação: discussões sobre o professor (1987-1988). **ANPED**, v. 31, p. 1-11, Caxambu, 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-4209-int.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Luiz Henrique Gomes da; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. **Pro.posições**, v. 31, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/NpjjwHbVvNSTpp4LGXQD4y5m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVA, Maria Vieira; PERONI, Vera Maria. As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 2, p. 243-262, maio/ago. 2013.

STÜMER, Patrícia Aparecida; UMBELINO, Janaina Damasco. Dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: por que as crianças não aprendem? **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 38, n. 1, p. 01-23, Florianópolis, jan./mar. 2020.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Janus**, ano 3, n. 4, p. 129-138, Lorena, 2006.

ZUCOLOTO, Karla Aparecida; SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldades de aprendizagem em escrita e compreensão em leitura. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 157-166, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3303/2647>. Acesso em: 05 set. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Apêndice 1: Roteiro de entrevista

| |
|--|
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ALUNA: SANDRA ROSANE DOS PASSOS BERGOLD TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: PROGRAMA MOVE: QUALIFICAÇÃO E AVANÇO DA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA FERRAMENTA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL |
| Dados sobre o entrevistado |
| Nome: |
| Tempo de atuação no projeto: |
| Função no projeto: |
| Questões |
| 1. Pode nos contar sobre a sua participação no Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral – MOVE? |
| 2. Quais os objetivos do Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral – MOVE? |
| 3. Qual a estrutura e funcionamento do Programa? |
| 4. Quais as atividades desenvolvidas pelo Programa e quais você destacaria como exemplo e como significativas para que possamos considerar os alunos que apresentam questões relativas a sua aprendizagem? |
| 5. Você acredita que a educação integral, que me parece que é a perspectiva do Programa, pode contribuir nesse processo de aprendizagem desses alunos? De que forma? |
| 6. E de modo mais específico, no Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral – MOVE de que modo essas dificuldades de aprendizagem são visibilizadas e ou trabalhadas? |
| 7. Você percebe que as ações realizadas no Programa atingem os professores nas escolas especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental ? |
| 8. De que modo as ações do Programa atingem os alunos atendidos? |
| 9. Gostaria de comentar mais alguma questão que talvez não tenha sido perguntada? OU quem sabe me recomendaria conhecer mais sobre o funcionamento do programa em alguma escola que seja referência? |

Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARTICIPANTE

PESQUISA: título da pesquisa

COORDENAÇÃO: nome do (a) pesquisador (a) (sempre é o professor com vínculo na UFRGS)

Prezado(a) Sr(a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa ..., coorientada por Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar...

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno de em (cidades).

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você (descrever o que ele (a) será convidado (a) a fazer - preencherá um questionário, será entrevistado, a entrevista será gravada, etc.)... É previsto em torno de (informar o tempo, os dias, local, etc). Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo, pode entrar em contato com o (a) Prof (a)..... pelo fone (51) 3308.....

SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre ...

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são (especificar os riscos, se houver). Tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do respondente.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas ...

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos,

solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data: _____

(Assinatura do participante)

Eu, _____, membro da equipe do projeto XXXXXX, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE ou o pesquisador responsável)